

## Filhos da maturidade ou da pós-modernidade? A fecundidade depois dos 40 anos<sup>87</sup>

Rosalina Costa<sup>88</sup>

“How old is too old?”

R. Rindfuss e L. Bumpass (1978), 54.

Porquê estudar a fecundidade tardia, em Portugal, hoje?

A idade, enquanto marco biológico, molda de forma inextricável a fecundidade, ao influenciar directamente a fecundabilidade.<sup>89</sup> Por outras palavras, o facto de uma mulher se situar, simultaneamente, nas categorias de pós-menarca e pré-menopausa, o período consensualmente definido como período fértil feminino e que abarca, grosso modo, uma fracção de tempo de vida das mulheres situada entre os 15 e os 50 anos aproximadamente,<sup>90</sup> não lhe confere uma indistinta capacidade de conceber ao longo dos anos.<sup>91</sup> A este modelo de fertilidade corresponde, e não obstante as diferenças encontradas nas diversas sociedades ou populações (Rindfuss e Bumpass 1978), uma arquitectura, tendencialmente idêntica, da fecundidade em forma de “chapéu” (Nazareth 1988), e centrada sobre o período fértil das mulheres.

Porém, por debaixo desse chapéu, escondem-se hoje, nos países ditos desenvolvidos, padrões de fecundidade radicalmente diferentes dos do passado. Neste contexto, Portugal não é excepção. Até aos anos 60, o país detinha,

---

<sup>87</sup> Este texto reproduz, no essencial, a comunicação apresentada em Novembro de 2002 no “Encontro Internacional *Família, Género e Sexualidades nas Sociedades Contemporâneas*”, realizado em Lisboa, comunicação essa que propunha apresentar e discutir publicamente work in progress, no âmbito da investigação desenvolvida pela Autora para conclusão da dissertação de mestrado em Sociologia, área de especialização “Família e População”, na Universidade de Évora, e discutida posteriormente, em Julho de 2003, com o título *Filhos do Adeus. (Des)sincronização familiar e fecundidade depois dos 40 anos no Portugal contemporâneo*.

<sup>88</sup> Departamento de Sociologia, Universidade de Évora/ACTÆ – Centro Interdisciplinar de Estudos Políticos e Sociais.

<sup>89</sup> Uma distinção urge clarificar desde já: o termo fecundidade distingue-se de fertilidade. Enquanto que a fertilidade designa a aptidão de uma mulher ou de um casal para procriar, a fecundidade diz respeito às manifestações dessa aptidão, sendo mensurável através do número de nascimentos ocorridos. Para clarificar, uma mulher fértil não é necessariamente fecunda enquanto que a fecundidade constitui sempre uma prova da fertilidade. Quanto à fecundabilidade, significa “a probabilidade de concepção, por mês ou por ciclo menstrual, para uma mulher exposta ao risco de concepção” (Golden e Millman 1993: 183), isto é, durante um período de exposição a um coito ou relação não protegida, em que ambos os parceiros são, biologicamente, capazes ou aptos a conceber (Weinstein, Wood e Ming-Cheng 1993).

<sup>90</sup> Em rigor, e como alerta António de Almeida Garrett (1947), “quando a estatística demográfica toma por base das quotas de fecundidade o grupo das mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos, não está inteiramente dentro da exactidão biológica. Na prática, porém, essa base é perfeitamente aceitável, porque as gestantes com idade de 50 ou mais anos são excepcionais, e muito raras são as que têm menos de 15 anos, embora a concepção possa dar-se muito antes, até aos 12 anos” (Garrett 1947: 56).

<sup>91</sup> A lei de progressão de esterilidade, estabelecida por Louis Henry, apresenta o número de mulheres estéreis por cada 100 mulheres em determinadas idades, estimando que, em cada 100 mulheres, apenas 3 serão estéreis aos 20 anos, aos 30 serão cerca de 9, aos 40 já serão 31 e aos 50 a totalidade das 100 mulheres será, definitivamente, estéril (Sauvy 1979).

no contexto europeu, elevadas taxas de natalidade e fecundidade, traduzidas em descendências numerosas, aliadas a uma realidade profundamente contrastada no seu interior, em que o norte do país apresentava valores máximos, que se opunham aos distritos meridionais, sobretudo os do interior e de Lisboa, onde incidiam valores mínimos (Almeida e Wall 1995).

Já em 1995, Ana Nunes de Almeida e Karin Wall, afirmavam que “se há traço que aglutina, num todo homogéneo, as práticas dos casais portugueses por todo o país, ele é, sem dúvida, a fecundidade” (Almeida e Wall 1995: 39). De facto, uma queda brutal e recente e ainda uma dispersão regional muito uniforme constituem as duas viragens decisivas da fecundidade em Portugal a partir dos anos 60. Mas as alterações não se ficaram por aqui. De forma mais específica, a homogeneização do número de filhos, a redução do número de nascimentos de ordem elevada, o retardamento da idade média ao nascimento do primeiro filho, a concentração do período reprodutivo num menor número de anos e ainda a redução da idade média ao último nascimento marcam, de forma indelével, a evolução recente da fecundidade em Portugal (Almeida e Wall 1995, Almeida *et al.* 1995, Bandeira 1996).

Apesar de globalmente homogénea, a queda da fecundidade em Portugal esconde contudo sinais de diversidade interna. Em 2002, Ana Nunes de Almeida, Isabel André e Piedade Lalanda concluem, a respeito da queda “abrupta” da fecundidade em Portugal nas últimas três décadas, que a tendência de concentração média dos nascimentos no grupo de idade dos 25-29 anos, “(...) encobre, porém, um aumento das gravidezes tardias e o recuo da maternidade antes dos 20 anos)” (Almeida, André e Lalanda 2002: 405). Quer isto dizer que, não obstante as tendências gerais apresentadas, sintetizadas num certo “*prime time* reprodutivo” (Rossi 1987), é necessário não esquecer que as decisões e carreiras reprodutivas são sempre únicas. Entre os que se submetem à norma, os outros: os “precoces” ou “tardios”, evidenciam que os indivíduos são moldados por uma multiplicidade de variáveis, identificadas como *inputs* legítimos para as decisões reprodutivas.

Da parte da investigação social em geral, e demográfica em particular, nem todas as idades de fecundidade têm, todavia, recebido a mesma atenção. De facto, e contrariamente aos estudos globais ou à idade da menarca, ou da fecundidade na adolescência, a idade à menopausa, bem como a fecundidade que precede a menopausa e as normas culturais relativas à idade em que o ter filhos deverá estar completo, tem recebido relativamente pouca atenção na literatura científica (Rahman e Menken 1993).

Enquanto contributo para “iluminar” zonas de sombra no estudo da fecundidade em Portugal, é pois a juzante do período fértil que esta reflexão se centra. Numa época em que são colocados à disposição das mulheres, e dos casais, meios cada vez mais eficazes para fazer coincidir de perto a fecundidade efectiva com a fecundidade desejada, propomo-nos, aqui, reflectir exploratória e criticamente sobre as determinantes e condicionantes do comportamento genésico das mulheres portuguesas com mais de 40 anos de idade. O estudo da fecundidade tardia<sup>92</sup> no Portugal contemporâneo, permitirá

---

<sup>92</sup> Dada a conotação simbólica dos 40 anos enquanto marco individual e social, e na medida em que esta idade inicia a última década do período fértil em que biologicamente ainda é possível ter filhos, utilizar-se-á, daqui em diante, a expressão “fecundidade tardia” para significar a fecundidade em mulheres de 40 e mais anos, ao mesmo tempo que a expressão “de 40

assim, ao reduzir a malha de análise e contextualizar a fecundidade no cenário mais amplo dos comportamentos familiares a que está associada (e onde se cruzam valores sobre a sexualidade, conjugalidade e procriação), dar visibilidade, e compreender, modos e ritmos diferentes dos calendários reprodutivos, clarificando especificidades que subsistem por detrás dos grandes traços estruturantes da fecundidade portuguesa.<sup>93</sup>

## Olhares sobre a fecundidade tardia no Portugal contemporâneo

Uma primeira aproximação aos dados da fecundidade tardia no Portugal contemporâneo pode ser empreendida mediante a análise dos nados vivos e taxas de fecundidade por grupos de idade da mãe em Portugal, no ano de 2001.

**Quadro n.º 1 - Nados vivos e taxas de fecundidade, por grupos de idade da mãe, Portugal, 2001**

	Grupo Etário da mãe									Id. lgn.
	Total	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	40-49	
Nados Vivos	112 774	6 873	21 726	37 570	30 852	13 157	2 441	149	<b>2 590</b>	6
%	100	6,09	19,27	33,31	27,36	11,67	2,16	0,13	<b>2,30</b>	0,01
Pop. Feminina	2 631 330	337 264	390 814	405 418	382 094	391 998	370 990	352 752	<b>723 742</b>	-
Tx. Fec. (‰)	42,86	20,38	55,59	92,67	80,74	33,56	6,58	0,42	<b>3,58</b>	-

**Fonte:** Cálculos próprios, com base em INE, Estatísticas Demográficas 2001 e Recenseamento Geral da População 2001.

A leitura dos dados permite concluir desde logo pelo ínfimo contributo dos nascimentos ocorridos após os 40 anos no total de nascimentos registados. De facto, de um total de 112 774 nados vivos em Portugal no ano de 2001,<sup>94</sup> ape-

e mais anos” se utiliza por relação à fecundidade tardia. Esta aceção não é, todavia, consensual e invariável no tempo. Por exemplo, enquanto que em 1995 se considerava a fecundidade tardia como a que se registava entre os 40-49 anos de idade (Almeida *et al.* 1995), em 2002 utiliza-se a mesma expressão para designar os nascimentos ocorridos em mulheres de 35 e mais anos (Almeida, André e Lalanda 2002), associando-se a fecundidade tardia à classificação de gravidez de risco, internacionalmente definida pelos técnicos de saúde para as gestações de mulheres com 35 anos de idade ou mais (Andrade 2002), tendo em conta que a partir desta idade a esterilidade aumenta significativamente, bem como os riscos associados à gravidez.

<sup>93</sup> A investigação que serviu de base ao trabalho apresentado desenvolveu-se em torno de uma pergunta de partida que equacionava precisamente a forma como a fecundidade depois dos 40 anos se articula com as alterações recentes sobre o tempo familiar, e de um objectivo geral que intentava analisar e compreender o modo como as recentes mutações ocorridas sobre o tempo familiar se articulam com a fecundidade após os 40 anos de idade no Portugal contemporâneo. Esse objectivo geral foi depois operacionalizado em quatro objectivos específicos, designadamente: a análise crítica do processo de construção social do tempo familiar, a caracterização da evolução recente da fecundidade após os 40 anos em Portugal, o traçar do perfil das mulheres que, na actualidade, têm filhos depois dos 40 anos e, por último, a formulação de hipóteses sobre as determinantes da fecundidade depois dos 40 anos.

<sup>94</sup> Em rigor, o número total de nados vivos registado em Portugal no ano de 2001 foi de 112 825. Todavia, este número engloba um total de 51 nados vivos ocorridos de mães cuja

nas 2590 ocorreram em mães cuja idade era superior a 40 anos, o que, em termos percentuais, representa uma fracção na ordem dos 2,3% do total de nados vivos ocorridos em Portugal nesse ano, a que corresponde, igualmente, a mais baixa taxa de fecundidade então registada, designadamente 3,58‰. Em contrapartida, a maior fatia percentual de origem dos nados vivos situa-se no escalão etário das mães que têm entre 25 e 29 anos de idade, onde ocorre 33,31% do total de nascimentos e onde a taxa de fecundidade é de 92,67‰, seguido dos grupos etários que o rodeiam, isto é, o dos 30 aos 34 anos de idade com 27,36% e uma taxa de fecundidade de 80,74‰, e o das mães que têm entre 20 e 24 anos, de onde resulta 19,27% do total de nados vivos ocorridos nesse ano, o que representa uma taxa de fecundidade na ordem dos 55,59‰.

No conjunto dos diversos grupos etários que constituem o período fértil das mulheres, os grupos dos extremos são, de facto, os grupos que menos contribuem para o total dos nascimentos. Senão, vejamos: o conjunto de nados vivos com origem no grupo etário inicial do período fértil contribui em 6,09% para o total de nados vivos ocorridos em 2001 e regista uma taxa de fecundidade de 20,38‰. No extremo diametralmente oposto, ponderando os nados vivos ocorridos na última década do período fértil das mulheres portuguesas, conclui-se que em 2001 estes representavam apenas 2,3% do total, cerca de um terço dos 6,09% ocorridos em mães com menos de 20 anos, e uma taxa de fecundidade que não vai além dos 3,58‰, reflectindo assim a oposição abissal entre a despedida da ovulação de um lado, ante a pujança da entrada no período fértil, por outro.

Uma análise mais dirigida, como uma espécie de *zoom*, procurará agora conhecer mais de perto esta realidade, analisando para isso os quadros sociais da fecundidade tardia no Portugal contemporâneo, numa contextualização a partir de três dimensões fundamentais: a dimensão educacional, profissional e familiar.

Detenhamo-nos então, e em primeiro lugar, pelas taxas de fecundidade em mulheres de 40 e mais anos, de acordo com o grau de instrução.<sup>95</sup>

---

área geográfica de residência se situa no estrangeiro, pelo que se decidiu partir do valor de 112 774 nados vivos nascidos em Portugal, e de mulheres com residência em Portugal, englobando este valor um conjunto de 6 nados vivos de mães cuja área geográfica de residência é ignorada. Nem em todos os cálculos porém é possível estabelecer esta distinção. Por razões que se prendem com a disponibilização dos dados (disponíveis mas não publicados), o quadro 2 contabiliza todos os nados vivos registados em Portugal no ano de 2001, incluindo portanto os nados vivos de idade ignorada, bem como os de mãe estrangeira. Todavia, e porque os nados vivos ocorridos em mães estrangeiras com 40 e mais anos são apenas 2, optou-se por tratar os dados como disponibilizados, considerando-se que tal facto não põe em causa a análise efectuada. As mesmas razões (IDNP) fazem com que, no caso do quadro 4, não se contabilizem os nados vivos cuja proveniência geográfica da mãe é desconhecida (total de 6), nem os estrangeiros (total de 51), daí o desfasamento relativamente ao total de nados vivos apresentado noutros quadros.

<sup>95</sup> No contexto da informação compilada pelas *Estatísticas Demográficas 2001*, entende-se por instrução o mais alto grau de ensino completo possuído pelo indivíduo, de entre os seguintes: “não sabe ler nem escrever”; “sabe ler sem ter frequentado o ensino”; “ensino básico”; “ensino secundário” e “ensino superior”. Tendo em conta que os resultados do Recenseamento Geral da População agrupam a população, segundo a instrução, nas categorias de “sem nível de ensino”; “ensino básico”; “ensino secundário” e “ensino superior” e por forma a calcular as taxas de fecundidade por grau de instrução, agregaram-se os nados vivos ocorridos em mulheres que não sabem ler nem escrever e sabem ler sem ter frequentado o ensino em “sem nível de ensino”.

**Quadro n.º 2 - Taxas de fecundidade, por grau de instrução e idade da mãe,  
 Portugal, 2001**

	Grau de Instrução da Mãe					
	Total	Sem Nível de Ensino	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior	Ignorado
P. Fem. 15-49	2631330	360238	1410499	539707	320886	0
N. Vivos 15-49	112825	1575	66923	24086	20235	6
‰	42,88	4,37	47,45	44,63	63,06	-
<b>P. Fem. 40-49</b>	723742	99253	460318	81265	82906	0
<b>N. Vivos 40-49</b>	2592	86	1589	400	517	0
‰	3,58	0,87	3,45	4,92	6,24	-

**Fonte:** Cálculos próprios, com base em INE, Estatísticas Demográficas 2001 (IDNP) e Recenseamento Geral da População 2001.

Analisando em primeiro lugar a distribuição para a totalidade dos nados vivos, desde logo se conclui que, apesar de em termos absolutos o maior número de nascimentos ocorrer em mulheres com o ensino básico, seguidas das que possuem o ensino secundário e só depois das que têm o ensino superior; em termos de taxas específicas de fecundidade por grau de instrução, o valor mais elevado situa-se no grupo das mulheres que têm o ensino superior, onde se regista uma taxa de 63,06‰, seguidas das que possuem o ensino básico com 47,45‰ e, em terceiro lugar das que têm o ensino secundário, com uma taxa de 44,63‰, reservando-se às mulheres sem nível de ensino a taxa de fecundidade mais baixa, designadamente, 4,37‰.

No caso particular dos nascimentos ocorridos em mulheres de 40 e mais anos, para o mesmo 2001, verifica-se que a taxa de fecundidade mais elevada continua a situar-se entre as mulheres que possuem o ensino superior, com uma taxa de 6,24‰, seguidas das que têm, não o ensino básico mas o ensino secundário, onde a taxa é de 4,92‰, e só depois as mulheres com o ensino básico, onde a taxa é de 3,45‰ e, finalmente, as que não têm qualquer nível de ensino com uma taxa de 0,87‰. À semelhança do que acontece em termos globais, também a análise da fecundidade tardia deixa, assim, perceber uma bi-polarização dos nascimentos entre mulheres mais e menos instruídas.

Numa outra dimensão, que não a educacional mas a profissional, analisamos em seguida a distribuição dos nados vivos depois dos 40 anos por profissão da mãe.<sup>96</sup>

<sup>96</sup> Enquanto que os dados disponíveis nas *Estatísticas Demográficas 2001*, no que concerne à profissão, estão agrupados de acordo com a Classificação Nacional de Profissões/1994 (CNP/94), os dados disponibilizados pelo *Recenseamento Geral da População 2001*, por sexo e grupo de idade, estão agrupados de acordo com o grupo sócio-económico. Sendo o grupo socio-económico uma variável estabelecida através de vários indicadores (é construída a partir de diversas variáveis primárias, designadamente, a profissão, a situação na profissão e o número de trabalhadores da empresa onde trabalha), que procura reflectir o universo da actividade económica, visto sob o ângulo da inserção profissional dos indivíduos, inviabiliza, a partir destes dados, encontrar a distribuição da população por profissão, sexo e grupos de idade e, por conseguinte, calcular as taxas de fecundidade por profissão da mãe. Por esta razão, a análise que se segue tem apenas por base a distribuição percentual dos nascimentos por grupo etário e profissão da mãe, com todas as limitações que tal facto acarreta.



### Quadro n.º 3 - Nados vivos, por profissão e idade da mãe, Portugal, 2001

Nados vivos	Profissão da mãe										
	Total	FA	QSAPE	EPIC	TPNI	PAS	PSV	ATQAP	OATS	OIMTM	TNQ
Total	82516	156	1254	13169	6347	13803	17281	1659	23575	878	4394
%	100,00	0,19	1,52	15,96	7,69	16,73	20,94	2,01	28,57	1,06	5,33
40-49	1782	4	32	356	163	298	325	48	392	14	150
%	100,00	0,22	1,80	19,98	9,15	16,72	18,24	2,69	22,00	0,79	8,42

**Fonte:** Cálculos próprios, com base em INE, Estatísticas Demográficas 2001 (IDNP).

**Nota:** Forças Armadas (FA); Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas (QSAPE); Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (EPIC); Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (TPNI); Pessoal Administrativo e Similares (PAS); Pessoal dos Serviços e Vendedores (PSV); Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas (ATQAP); Operários, Artífices e Trabalhadores Similares (OATS); Operadores de Instalações e Máquinas, e Trabalhadores da Montagem (OIMTM); Trabalhadores não Qualificados (TNQ).

A este respeito, com base nos dados disponíveis e retirando da análise as mulheres de profissão ignorada bem como as mulheres sem profissão, conclui-se que, em termos gerais, a maior percentagem de nados vivos (28,57%) ocorre em mulheres operárias, artífices e trabalhadoras similares (OATS), a que se segue 20,94% que têm lugar entre o pessoal dos serviços e vendedores (PSV), depois 16,73% entre o pessoal administrativo e similares (PAS) e, em quarto lugar, 15,96% dos nascimentos regista-se entre as mulheres que pertencem às profissões intelectuais e científicas (EPIC).

Restringindo agora a análise ao caso particular dos nados vivos depois dos 40 anos, observam-se algumas diferenças interessantes. Por um lado, os nados vivos continuam a ocorrer maioritariamente (ainda que com menos peso (22%)), entre as mulheres que são operárias, artífices e trabalhadoras similares (OATS), para, logo em seguida, 19,98% terem lugar entre as que pertencem às profissões intelectuais e científicas (EPIC) e, em terceiro e quarto lugar, nas mulheres que pertencem ao pessoal dos serviços e vendedores (PSV) e ao pessoal administrativo e similares (PAS), com 18,24 e 16,72% respectivamente. Na verdade, se somarmos as profissões mais qualificadas (QSAPE, EPIC e TPNI) e as menos qualificadas (PAS, PSV, ATQAP, OATS, OIMTM e TNQ) temos para o primeiro caso cerca de um terço dos nascimentos depois dos 40 anos e para o segundo caso cerca de dois terços. Ainda assim, a fracção de um terço para os nados vivos ocorridos em mulheres, de 40 e mais anos, com profissões mais qualificadas, parece um dado particularmente interessante, sobretudo porque consolida a bi-polarização, já verificada aquando da análise destes mesmos nados vivos por grau de instrução da mãe, em dois perfis de mulheres claramente distintos: as mais instruídas e mais qualificadas de um lado, e as menos instruídas e menos qualificadas de outro.

Finalmente, numa outra dimensão da fecundidade tardia, e como indicador referente à dinâmica familiar das mulheres que dão origem a estes nascimentos, analisar-se-á a ordem de nascimentos.

**Quadro n.º 4 - Nados vivos, por ordem de nascimentos e idade da mãe, Portugal, 2001**

Nados Vivos	Ordem de Nascimentos										
	Total	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º e mais
Total	112768	60093	38657	9802	2620	927	360	174	74	34	27
%	100,00	53,29	34,28	8,69	2,32	0,82	0,32	0,15	0,07	0,03	0,02
40- 49	2590	613	786	601	287	148	65	43	21	13	13
%	100,00	23,67	30,35	23,20	11,08	5,71	2,51	1,66	0,81	0,50	0,50

**Fonte:** Cálculos próprios, com base em INE, *Estatísticas Demográficas 2001* (IDNP).

No que respeita à ordem de nascimentos e começando mais uma vez pelos dados globais, observa-se que a esmagadora maioria dos nados vivos registados em 2001 se refere a primeiros nascimentos (53,29%), a que se seguem os segundos nascimentos (34,28%), os terceiros (8,69%), e com uma percentagem que é cerca de ¼ desta, os quartos nascimentos (2,32%) e seguintes ordens, cuja importância no cômputo total não chega a 1,5%.

No caso particular dos nados vivos registados em mulheres que têm filhos depois dos 40 anos de idade, estes são, na sua maioria, não primeiros mas segundos nascimentos (30,35%), logo seguidos dos primeiros nascimentos (23,67%) e dos terceiros nascimentos (23,20%), detendo ainda os quartos nascimentos uma importância significativa (11,08%) e depois, com percentagens gradualmente menores as restantes ordens de nascimento. Assim se giza a ideia de que as mulheres que têm filhos quando têm 40 e mais anos o fazem, não para engrossar os caudais de uma família numerosa, mas para preencher os primeiros escalões da ordem de nascimento dos filhos, designadamente, para completar a díade filial ou mesmo para ter o seu primeiro filho.

### **Filhos da idade ou da pós-modernidade?**

Como afirmam João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, “a realidade é silenciosa; torna-se indispensável questioná-la para produzir respostas” (Almeida e Pinto 1995: 10). É neste contexto que, e não cabendo neste espaço, nem sendo propósito deste texto, produzir respostas, limitar-nos-emos, para já, a questionar a realidade antes descrita.

A palavra “maturidade” utiliza-se para traduzir uma ideia de plenitude ou perfeição. Diz-se, por exemplo, que determinado fruto ou semente está “maduro” quando atinge um estado de desenvolvimento completo. O mesmo se diz de um indivíduo que, em termos desenvolvimentais, atingiu a plenitude das suas capacidades físicas e intelectuais, querendo com isto significar a fase da vida, após a juventude, entendendo-se então como sinónimo “idade adulta” e “idade madura”. Nesta acepção, os nascimentos ocorridos depois dos 40 anos seriam apenas os filhos da idade, e de uma determinada idade em particular. Ocorreriam depois dos 40 e, nessa medida, seriam demográfica e sociologicamente, não problemáticos.

Todavia, dado que existe controlo deliberado da fecundidade sob diversas formas, e uma vez que as relações sexuais podem ser separadas da fecundidade efectiva com algum grau de sucesso, o comportamento na fecundidade é um comportamento socialmente motivado e normativamente sancionado, não

podendo por essa razão ser assumido como “sociologicamente não problemático” (Moore 1972). De facto, numa altura em que a tomada de decisão sobre a fecundidade parece ser cada vez mais calculista, todo o processo decisional, bem como o complexo causal que está na base dessa tomada de decisão, se torna particularmente interessante (Ryder 1972), ao mesmo tempo que mais significativas se afiguram as diferenças encontradas.

É exactamente nesta medida que podemos introduzir uma segunda acepção da palavra maturidade. De facto, e não raro também, utiliza-se a expressão “idade madura” como sinónimo de sensatez, circunspecção e segurança, estados que se adquirem especialmente com a idade e a experiência que os 40 anos simbolicamente denotam. Ora, é precisamente este exercício de sensatez, circunspecção e segurança que parece distinguir, a partir da reflexão empreendida sobre os dados recolhidos relativos aos nascimentos ocorridos em mulheres de 40 e mais anos, bem como aos quadros sociais dessa fecundidade, dois perfis tipo de fecundidade tardia.

Para além dos “filhos da idade”, mais aceites que planeados, fruto de “cálculos furados” ou gravidezes “acidentais”, os “filhos da maturidade” poderão, também, e em alguns casos, ser os “filhos da pós-modernidade”. Para esta conclusão concorrem sobretudo os indícios retirados da análise dos contextos sociais de ancoragem da fecundidade tardia: os elevados capitais escolares e profissionais que algumas destas mulheres possuem e o enquadramento destes nascimentos no completar da descendência em torno dos dois filhos ou mesmo no primeiro filho.

Porque, na gestão do período fértil, dispomos hoje de meios contraceptivos de grande eficácia, meios esses que nos permitem controlar, com a precisão de um relógio digital, não apenas o número de filhos que desejamos ter, como também a idade em que queremos ter esses filhos, os “filhos da maturidade”, nos contextos sociais já descritos, surgem – aparentemente – desejados e planeados, traduzindo a vontade clara por parte dos protagonistas que lhes dão origem – mulheres ou casais – de ter um filho, ou outro filho.

A fecundidade tardia no Portugal contemporâneo parece assim espelhar o ultrapassar dos limites sociais e biológicos impostos pela idade à fecundidade, bem como de uma certa homogeneidade trazida pela modernidade. Ao revelar uma maior autonomização relativamente ao ciclo de vida “tradicional” rumo à auto-gestão do “tempo para ter filhos”, por parte das mulheres que possuem elevados capitais escolares e profissionais, esta tarefa é vista, não como o cumprimento de uma exigência a ser cumprida num *timing* imposto do exterior, mas que obedece a um *timing* individual, profundamente moldado pelos condicionalismos de ordem escolar e profissional.

A fecundidade tardia afigura-se, então, não apenas como um sinal do domínio da mulher sobre o tempo biológico de que dispõe para procriar, mas, sobretudo, como o controlo sobre a gestão do tempo familiar dedicado à tarefa do “ter filhos” (e que conta com a ajuda preciosa da plasticização da fecundidade), assinalando de forma notória a apropriação do tempo familiar como “seu” e não como o recitar de um guião que alguém – a sociedade – já escreveu.



## Bibliografia

Almeida, Ana Nunes de. e Wall, Karin (1995), “A Família”. In Eduardo de Sousa Ferreira e Helena Rato (coord.), *Portugal Hoje*. S.l.: Instituto Nacional de Administração, 33-53.

Almeida, Ana Nunes de. *et al.* (1995), *Os Padrões Recentes da Fecundidade em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres/Ministério do Emprego e da Segurança Social (CIDM/ MESS).

Almeida, Ana Nunes de, André, Isabel Margarida e Landa, Piedade (2002), “Novos Padrões e Outros Cenários para a Fecundidade em Portugal”. *Análise Social*, número especial “Famílias”, vol. XXXVII. n.º 163: 371-409.

Almeida, João Ferreira de, e Pinto, José Madureira (1995), *A Investigação nas Ciências Sociais*, 5.ª ed. Lisboa: Editorial Presença.

Andrade, Maria Cláudia Perdigão (2002), *Pensar e Agir: as doenças genéticas e o diagnóstico pré-natal*. Coimbra: Quarteto Editora.

Bandeira, Mário Leston (1996a), *Demografia e Modernidade – família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Garrett, António de Almeida (1947), “Os Problemas da Natalidade. IV – capacidade de reprodução”. *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n.º 4. INE. Lisboa, 51-70.

Golden, Meredith L. e Millman, Sara R. (1993), “Models of Fecundability”. In Ronald Gray, Henri Leridon e Alfred Spira (ed.), *Biomedical and Demographic Determinants of Reproduction*. Oxford: Clarendon Press, 183-208.

Moore, Wilbert E. (1972 [1959]), “Sociology and Demography”. In Philip M. Hauser e Otis Dudley Duncan (ed.), *The Study of Population – an inventory and appraisal*, 7.ª ed. Chicago: The University of Chicago Press, 832-851.

Nazareth, J. Manuel (1988), *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.

Rahman, Omar e Menken, Jane (1993), “Age at Menopause and Fecundity Preceding Menopause”. In Ronald Gray, Henri Leridon e Alfred Spira (ed.), *Biomedical and Demographic Determinants of Reproduction*. Oxford: Clarendon Press, 65-84.

Rindfuss, Ronald R. e Bumpass, Larry L. (1978), “Age and the Sociology of Fertility: how old is too old?”. In Karl Taeuber, E. Bumpass, L. Larry e James Sweet (ed.), *Social Demography*. New York: Academic Press: 43-56.

Rossi, Alice S. (1987), “Parenthood in Transition: from lineage to child self-orientation”. In Jane B. Lancaster *et al.* (eds.), *Parenting across the Life Span – biosocial dimensions*. New York: Aldine de Gruyter: 31-81.

Ryder, Norman (1978), “Some Problems of Fertility Research”. In Karl E. Taeuber, Larry Bumpass e James Sweet (ed.), *Social Demography*. New York: Academic Press: 3-13.

Sauvy, Alfred (1979 [1976]), *Elementos de Demografia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Weinstein, Maxine, Wood, James e Ming-Cheng, Chang (1993), “Age Patterns of Fecundability”. In Ronald Gray, Henri Leridon e Alfred Spira, Alfred

(ed.), *Biomedical and Demographic Determinants of Reproduction*. Oxford: Clarendon Press, 209-227.

### **Fontes Estatísticas**

INE, Estatísticas Demográficas, 2001.

INE, XIV Recenseamento Geral da População, em 12 de Março de 2001.